



## RESOLUÇÃO NPJ Nº 03/2014

A COORDENAÇÃO DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA DA FACULDADE 7 DE SETEMBRO, no exercício de suas atribuições institucionais, com fundamento no Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica da Fa7,

CONSIDERANDO que a atividade de prática jurídica exige constante revisão e aprimoramento dos conhecimentos ministrados em todos os semestres do Curso de Direito;

CONSIDERANDO que o desenvolvimento de raciocínio problemático, por meio da resolução de problemas e elaboração de peças prático-profissionais, é essencial à boa compreensão do direito;

CONSIDERANDO que é papel do Núcleo de Prática Jurídica fomentar o aperfeiçoamento dos estudantes, para os trabalhos que desenvolverão em sua vida profissional;

RESOLVE **INSTITUIR** como um dos parâmetros de Verificação Final das disciplinas de Estágio Supervisionado IV, VI e VIII a **VERIFICAÇÃO UNIFICADA**, que se regerá pelas normas abaixo discriminadas, sem prejuízo de regulamentação posterior.

### 1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. A realização da Verificação Unificada é um dos requisitos necessários para a aprovação nas disciplinas Estágio Supervisionado IV, VI e VIII, podendo ser somado a outros requisitos determinados pelo professor orientador de cada disciplina de estágio.

1.1.1. A Verificação Unificada será regida por esta Resolução, bem como pelos editais que venham a ser publicados pelo Núcleo de Prática Jurídica.

1.2. A Verificação Unificada compreenderá a aplicação de prova objetiva, em primeira chamada, e de prova subjetiva, em segunda chamada.

1.3. As provas serão realizadas em datas e horários que comporão o calendário acadêmico do Curso de Direito da Fa7, devendo os estudantes, em todas as situações, buscar informações pelos instrumentos institucionais da Faculdade.

1.4. O conteúdo programático da Verificação Unificada está disponibilizado no Anexo I desta Resolução.

1.5. As provas serão elaboradas por uma Comissão de Professores, composta por, no mínimo, 05 (cinco) membros, presidida pelo Presidente da Comissão de Verificação Unificada.

1.5.1. A Comissão será designada por portaria do Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica, respeitado critérios que representem a multiplicidade de áreas temáticas característica da avaliação.

## **2. DA INSCRIÇÃO NA VERIFICAÇÃO UNIFICADA**

2.1. A inscrição na Verificação Unificada se realiza de modo automático, tão logo o estudante efetue sua matrícula nas disciplinas de Estágio Supervisionado IV, VI e VIII.

2.2 A matrícula nas disciplinas de Estágio Supervisionado IV, VI e VIII implica o conhecimento e aceitação das condições estabelecidas nesta Resolução, bem como nos Editais que se publicarão, incluindo seus anexos e eventuais retificações.

## **3. DAS PROVAS**

3.1. Serão aplicadas, em primeira chamada, prova objetiva, e em segunda chamada, prova subjetiva, com escore que variará entre 0,0 (zero) e 10,0 (dez), abrangendo os objetos de avaliação constantes desta Resolução e dos Editais.

3.2 A prova objetiva de múltipla escolha será composta de 80 (oitenta) questões para os estudantes matriculados em Estágio Supervisionado IV e VI e 86 (oitenta e seis) questões para os estudantes matriculados em Estágio Supervisionado VIII.

3.3. Comporão a matéria da prova objetiva as disciplinas constantes na Matriz Curricular do Curso de Direito, exemplificado pelo conteúdo programático do Anexo I desta Resolução.

3.4 A prova objetiva terá a duração de 5 (cinco) horas e será aplicada conforme o calendário em edital próprio publicado pelo Presidente da Comissão de Verificação Unificada.

3.5 Em segunda chamada, os estudantes se submeterão a uma prova subjetiva, consistente na redação de peça profissional e/ou aplicação de questões, sob a forma de situações-problema, compreendendo quaisquer das áreas mencionadas no item 3.3.

3.6 A prova subjetiva terá a duração de 5 (cinco) horas em data e horário determinado no edital do item 3.4

#### **4. DA VERIFICAÇÃO UNIFICADA OBJETIVA (PRIMEIRA CHAMADA)**

4.1. A prova objetiva, sem consulta, será composta de questões que versem sobre as disciplinas mencionadas no item 3.1.2, com o número de questões e a pontuação descritos abaixo:

a) Alunos matriculados em Estágio Supervisionado IV e VI: 80 (oitenta) questões, no valor de 0,125 (zero vírgula cento e vinte e cinco) pontos cada, com pontuação total variando do mínimo de 0,00 (zero) ao máximo de 10,0 (dez) pontos;

b) Alunos matriculados em Estágio Supervisionado VIII: 86 (oitenta e seis) questões, no valor de 0,116 (zero vírgula cento e dezesseis) pontos cada, com pontuação total variando do mínimo de 0,00 (zero) ao máximo de 10,0 (dez) pontos.

4.2. As questões da prova objetiva serão do tipo múltipla escolha ( opções A, B, C e D) e de uma única resposta, de acordo com o comando da questão e demais regras estabelecidas no caderno de prova.

4.3. A correção da prova objetiva será feita por meio eletrônico. Portanto, atribuir-se-á nota zero à questão sem resposta assinalada, com mais de uma opção assinalada, com rasura ou ressalva, assinalada por qualquer outro meio que não o especificado no caderno de provas ou quando a alternativa assinalada for incorreta, segundo o gabarito definitivo das provas.

#### **5. DA VERIFICAÇÃO UNIFICADA SUBJETIVA (SEGUNDA CHAMADA)**

5.1. A prova prático-profissional valerá 10,00 (dez) pontos, podendo ser composta de:

a) Redação de peça profissional acerca de tema de qualquer das áreas jurídicas que compõem a Verificação Final e do seu correspondente direito processual, sem opção de matéria pelo estudante, e/ou

b) Respostas de questões práticas, sob a forma de situações-problema, relativas a tema de qualquer das áreas jurídicas que compõem a Verificação Final e do seu correspondente direito processual.

5.2 O estudante receberá nota zero nas questões da prova prático-profissional em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado no subitem anterior.

5.3. Nos casos de propositura de peça inadequada para a solução do problema proposto, considerando, neste caso, aquelas peças que justifiquem o indeferimento liminar por inépcia, principalmente quando se tratar de ritos procedimentais diversos, como também não se possa aplicar o princípio da fungibilidade nos casos de recursos, ou de apresentação de resposta incoerente com situação proposta ou de ausência de texto, o estudante receberá nota zero na redação da peça profissional ou na questão.

5.4 – Para a Verificação Unificada subjetiva, será permitida consulta à legislação não comentada.

## **6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS ACERCA DA APLICAÇÃO DAS PROVAS**

6.1. O estudante deverá comparecer ao local designado para a realização das provas munido somente de caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Não será permitido o uso de borracha e/ou corretivo de qualquer espécie durante a realização das provas.

6.2. O ingresso de estudante em sala de realização de prova apenas é admitido com uma tolerância máxima de 15 (quinze) minutos.

6.3. O estudante que, durante a aplicação das provas, estiver portando e/ou utilizando material proibido, ou se utilizar de qualquer expediente que vise burlar as regras desta Resolução, especialmente as concernentes aos materiais de consulta, terá suas provas anuladas e será atribuída nota 0,0 (zero).

6.4. O estudante deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização das provas por, no mínimo, 1 (uma) hora após o seu início, período a partir do qual poderá deixar o local de provas, sem portar, contudo, seu caderno de provas (prova objetiva) ou caderno de rascunhos (prova subjetiva).

6.5. O estudante somente poderá retirar-se do local da aplicação levando consigo o caderno de provas (prova objetiva) ou caderno de rascunhos (prova subjetiva) a partir dos últimos 60 (sessenta) minutos do tempo destinado à realização da Verificação.

6.6 Não haverá prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão do afastamento de estudante da sala de provas.

6.7. Se, por qualquer razão fortuita, a Verificação sofrer atraso em seu início ou necessitar interrupção, será dado aos estudantes do local afetado prazo adicional de modo que tenham no total 5 (cinco) horas.

## **7. DOS GABARITOS PRELIMINAR E DEFINITIVO DA VERIFICAÇÃO UNIFICADA OBJETIVA**

7.1. O gabarito preliminar da Verificação Unificada Objetiva será divulgado no sítio eletrônico da FA7, através do presidente da Comissão da Verificação Unificada.

7.2. O estudante que desejar interpor recurso contra o gabarito preliminar da prova objetiva poderá fazê-lo, respeitados os prazos estabelecidos em edital, nunca excedentes a três dias após a divulgação do referido gabarito.

7.3. Após análise dos recursos pela Comissão de Verificação Unificada, será publicado gabarito definitivo, podendo a Comissão, a pedido ou de ofício, alterar o gabarito preliminar ou anular questão do referido gabarito.

## **8. DOS RECURSOS E RESULTADO FINAL DA VERIFICAÇÃO UNIFICADA**

8.1. Para recorrer contra os resultados preliminares da prova objetiva ou contra o resultado da prova prático-profissional, o estudante deverá utilizar exclusivamente, os formulários disponibilizados pela Coordenação do Núcleo de Prática Jurídica, e seguir as instruções ali contidas, sob pena de não conhecimento do recurso.

8.2. Cada estudante poderá interpor um recurso por questão objetiva, por questão prática e acerca da peça profissional, devendo ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será liminarmente indeferido.

8.3. No caso de anulação de questão integrante da prova objetiva ou prático-profissional, a pontuação correspondente será atribuída a todos os estudantes indistintamente, inclusive aos que não tenham interposto recurso.

8.4. Os resultados serão divulgados no endereço eletrônico [www.fa7.edu.br](http://www.fa7.edu.br).

8.5. Compete exclusivamente à Comissão de Professores, designada pelo Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica, privativamente e em caráter irrecorrível, estabelecer parâmetros para o julgamento dos recursos interpostos contra o resultado das provas objetiva ou prático-profissional.

8.6. Os resultados definitivos da prova objetiva e da prova prático-profissional, após a apreciação dos recursos, serão divulgados em ata a ser fixada em edital publicado pelo Presidente da Comissão e posteriormente enviado ao professor da turma matriculada.

## **9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

9.1. A nota de Verificação Final dos estudantes de Estágio Supervisionado IV, VI e VIII será lançada pelo professor de estágio da disciplina matriculada, utilizando como um dos critérios a nota do resultado definitivo da Verificação Unificada.

9.2. Os casos omissos relativos a todos os trâmites da Verificação Unificada serão resolvidos pelo Presidente da Comissão de Verificação Unificada.

Fortaleza-CE, 13 de junho de 2014.

Paulo Rogério Marques de Carvalho  
Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica

## **ANEXO 01 – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA VERIFICAÇÃO UNIFICADA**

### **TEORIA DA CONSTITUIÇÃO E DIREITO CONSTITUCIONAL**

1 Constituição: conceito, objeto, estrutura, classificação e fontes. Supremacia da Constituição. Controle de constitucionalidade. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Emendas à Constituição. Princípios constitucionais do Estado Brasileiro e da República Federativa do Brasil. Poder e Divisão dos Poderes. O Estado Democrático de Direito. Aplicabilidade e interpretação das normas constitucionais. Ação Popular. Reforma do Poder Judiciário: a Emenda Constitucional nº 45/2004. 2 Princípios constitucionais positivos. Conceito e conteúdo dos princípios fundamentais. Princípios gerais do Direito Constitucional. Função e relevância dos princípios fundamentais. Constitucionalidade e inconstitucionalidade. Lei inconstitucional: fundamentos à declaração da inconstitucionalidade. Mandado de Injunção. Ação Direta de Inconstitucionalidade. 3 Princípio Democrático e Garantia dos Direitos Fundamentais. Regime Político e Democracia. Direitos e Garantias Fundamentais. Poder Legislativo. Estrutura e funcionamento do Poder Legislativo. Atribuições do Congresso Nacional. Atribuições da Câmara dos Deputados. Atribuições do Senado Federal. Imunidades e vedações parlamentares. Comissões Parlamentares de Inquérito: instalação, funcionamento e atribuições. 4 Fundamentos constitucionais dos direitos sociais. Ordem social e direitos sociais. Direitos sociais e direitos econômicos. Conceito e classificação dos direitos sociais. Ordem Econômica e Financeira: princípios gerais da atividade econômica. Política urbana. Políticas agrícola e fundiária. Reforma agrária. Sistema financeiro nacional. Habeas data. 5 Diferentes tipos de inconstitucionalidade: a inconstitucionalidade material e a inconstitucionalidade formal. Inconstitucionalidade por ação e inconstitucionalidade por omissão. Garantias constitucionais individuais. Princípio da legalidade. Princípio da proteção judiciária. Estabilidade dos direitos subjetivos. Direito à segurança. Remédios constitucionais. 6 Poder Judiciário. Supremo Tribunal Federal. Superior Tribunal de Justiça. Justiça Federal. Justiça do Trabalho. Justiça Eleitoral. Justiça Militar. Juizados Especiais e de Paz. Poder Judiciário dos Estados. Direitos sociais relativos aos trabalhadores. Funções essenciais à Justiça – Ministério Público, Advocacia Pública, Advocacia e Defensoria Pública: prerrogativas e vedações. Ordem econômica e financeira. Seguridade social. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. 7 Dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Estados Federados. A formação constitucional dos Estados. Competências dos Estados e do Distrito Federal. Organização dos Governos Estaduais e do Distrito Federal. A posição dos Municípios na Federação. Autonomia municipal. Governo municipal. Do Distrito Federal. Princípios organizacionais. Ordem Econômica e Ordem Social. Princípios gerais da atividade econômica. Propriedades da ordem econômica. 8 Direitos e deveres individuais e coletivos. Direito à vida e à privacidade. Direito de

igualdade. Direito de liberdade. Liberdade de pensamento. Liberdade de ação profissional. Direitos coletivos. Regime das liberdades. Constituição, constitucionalidade e inconstitucionalidade. Controle de constitucionalidade no direito brasileiro. Processo no controle de constitucionalidade. Controle de constitucionalidade de Lei Municipal. 9 Poder Executivo. Noção e formas. Chefe de Estado e Chefe de Governo. Eleição e mandato do Presidente da República. Substituto e sucessores do Presidente da República. Perda do mandato do Presidente e do Vice-Presidente. Atribuições do Presidente da República. Classificação das atribuições do Presidente da República. Responsabilidade do Presidente da República. Sistema tributário nacional. 10 Administração Pública. Estruturas básicas da Administração Pública. Conselho da República. Conselho de Defesa Nacional. Conselho de Comunicação Social. Conselho Nacional de Justiça. Órgãos Superiores Estaduais e Municipais. Regiões. Microrregiões. Organismos regionais. Regionalização orçamentária. Regiões metropolitanas. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Poder Legislativo. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Do Senado Federal. Atribuições da Câmara Federal e do Senado Federal. 11 Tributação e Orçamento Nacional. Sistema Tributário Nacional. Finanças Públicas. Organização do Estado. Organização político-administrativa. União. Estados Federados. Municípios. Distrito Federal. Poder Judiciário. 1. Reforma do Poder Judiciário - Emenda Constitucional nº 45/2004. 12 Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Estado de Defesa. Estado de Sítio. Forças Armadas. Segurança Pública. Fiscalização e dos Sistemas de Controles. Tribunal de Contas da União. Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal. Remédios constitucionais. Poder Judiciário do Distrito Federal e dos Territórios. 13 A Constituição de 1988. Controle de constitucionalidade das leis. Direito de propriedade. Regime jurídico da propriedade privada. Propriedades especiais. Limitações ao direito de propriedade. Função social da propriedade. Direitos sociais relativos aos trabalhadores. Direito dos trabalhadores. Direitos coletivos dos trabalhadores. Funções essenciais à Justiça. O funcionamento do Poder Judiciário. O Advogado na Constituição. O Ministério Público. A Advocacia Pública. 14 Sistema Tributário Nacional. Sistema Constitucional Tributário: limitação e poder de tributar, competência tributária, princípios constitucionais e repartição de receitas. Tributos: conceito, classificação e espécies. Função dos tributos. Tarifa e preço público. Legislação tributária: vigência no tempo e no espaço, aplicação e hermenêutica tributária, interpretação e integração. Discriminação constitucional das rendas tributárias. Discriminação das rendas por fontes. Discriminação das rendas pelo produto. 15 Princípios Constitucionais. Obrigação tributária: hipótese de incidência, fato gerador, elementos, sujeição passiva e responsabilidade tributária. Domicílio tributário. Crédito tributário: conceito, natureza jurídica, características, efeitos e constituição. Modalidades de lançamento e alterabilidade. Poder Legislativo. Comissões Parlamentares de Inquérito. Poder Constituinte. Os fundamentos do Estado Brasileiro. Direitos e Garantias Individuais. 16 Acesso amplo ao Poder Judiciário. Direito adquirido. Ato jurídico perfeito. Coisa julgada.

Direito à não extradição. Sistema Tributário Nacional. Tributação e Orçamento. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário: moratória, depósito do seu montante integral, parcelamento especial. Provimentos liminares, reclamações e recursos. Programas de Recuperação Fiscal Federal. 17 Direito de cidadania: dos direitos políticos. Direitos políticos positivos. Direitos políticos negativos. Partidos políticos. Garantias constitucionais individuais. Garantias dos direitos coletivos, sociais e políticos. Da estrutura básica da Federação. Extinção do crédito tributário: pagamento, compensação, transação, remissão, conversão do depósito em renda, consignação em pagamento, decisão administrativa e judicial, da ação em pagamento, prescrição e decadência, repetição de indébito, pagamento antecipado e homologação do lançamento. Cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública. 18 Governo da União. Natureza da União. Competência da União. Organização dos Poderes da União. Administração Pública. Estruturas básicas da Administração Pública. Princípios constitucionais da Administração Pública. Servidores Públicos. Bases constitucionais das Instituições Financeiras. Sistema Tributário Nacional. Das Finanças Públicas e do Sistema Orçamentário. Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária. Exclusão do crédito tributário: isenção e anistia. 19 Controle de constitucionalidade das leis. Direitos políticos. Cidadania. Direitos políticos ativos e passivos. Suspensão e perda dos direitos políticos. Partidos políticos. Justiça Eleitoral Brasileira. Organização do Estado. A Federação. Da União. Estados Federados. Intervenção Federal. Responsabilidade Patrimonial do Estado. Garantias e privilégios do crédito tributário: preferência, cobrança judicial, concurso de credores em insolvência civil e falência, crédito tributário na recuperação judicial e extrajudicial, inventário e arrolamento. 20 Autarquia. Empresa Pública. Sociedade de Economia Mista. Agências Reguladoras. Mandado de Segurança. Habeas Corpus. Habeas Data. Mandado de Injunção. Reforma do Poder Judiciário – Emenda Constitucional nº 45/2004. Ação Direta de Inconstitucionalidade das Leis e Atos Normativos. Ordem econômica e financeira. Ordem social. Direitos e garantias individuais. Administração tributária: fiscalização, certidão da dívida ativa, cobrança judicial do crédito e certidões negativa e positiva com efeito negativo.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

1 Princípios do direito administrativo. Noção. Relevância. Tipologia. Princípios constitucionais e infraconstitucionais regedores da atividade administrativa. Legalidade. Impessoalidade. Moralidade. Publicidade. Eficiência. Preponderância e indisponibilidade do interesse público. Proporcionalidade. Razoabilidade. Motivação. Continuidade. Presunção de veracidade e de legalidade. Autoexecutoriedade. Autotutela. Segurança jurídica. Proteção à confiança. Boa-fé. 2 Administração pública. Noção. Relação com legislação e jurisdição. Governo. Constituição. Federação. Personalidade jurídica. Estrutura fundamental no Brasil e no Distrito Federal. Desconcentração. Descentralização. Órgãos públicos. Hierarquia. Delegação. Avocação. 3 Administração direta e indireta. Noções. Características. Autarquias. Fundações públicas. Empresas públicas. Sociedades de



economia mista. Entes com situação peculiar (ordens e conselhos profissionais, fundações de apoio, empresas controladas pelo poder público, serviços sociais autônomos, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público). 4 Atividades da administração pública. Tipologia. Poder e função. Poder normativo. Poder disciplinar. Poder decorrente de hierarquia. Poder vinculado. Poder discricionário (evolução conceitual, mérito, justificativa, campos de exercício, parâmetros, conceitos jurídicos indeterminados). Poder regulamentar. Poder normativo. Poder hierárquico. Poder disciplinar. 5 Poder de polícia. Noções gerais. Síntese evolutiva. Fundamentos e finalidades. Polícia administrativa. Regime jurídico geral. Campo de atuação. Meios de atuação. Limites. Possibilidade de delegação. Características (discricionariedade/vinculação, autoexecutoriedade e coercibilidade). Requisitos de validade. Proporcionalidade. Sanções. Prescrição. 6 Ato administrativo. Estado de direito. Noção. Elementos (agente competente, objeto, forma, motivo, finalidade). Atributos (presunção de legitimidade/veracidade, imperatividade, autoexecutoriedade e tipicidade). Perfeição, vigência e eficácia. Retroatividade e irretroatividade. Tipologia. Legalidade. Mérito. Ato de governo. “Não ato”. Vícios e defeitos. Desfazimento. Nulidades. Anulação e revogação. Cassação. Preservação (convalidação, ratificação e conversão). 7 Processo administrativo. Tratamento constitucional e infraconstitucional. Finalidades. Devido processo legal no âmbito administrativo. Princípios específicos (contraditório, ampla defesa, duração razoável, formalismo moderado, verdade material, oficialidade, gratuidade, pluralidade de instâncias, participação popular). Tipologia. Fases. Lei nº 9.784/1999. Reformatio in pejus. Processo administrativo disciplinar. Processo sumário. Sindicância. Verdade sabida. 8 Licitação. Noções gerais. Tratamento normativo. Legislação básica. Princípios. Modalidades (concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão e pregão). Registro cadastral. Registro de preços. Comissão de licitação. Fases do processo licitatório. Instauração. Habilitação. Classificação. Julgamento. Homologação. Adjudicação. Inversão de fases. Dispensa e inexigibilidade. Anulação e revogação. Controle. Aspectos penais. 9 Contratos da administração. Tipologia. Contratos clássicos (obras, serviços, compras, concessões e permissões). Regime jurídico. Mutabilidade. Prerrogativas da Administração. Cláusulas exorbitantes. Alteração unilateral. Equilíbrio econômico-financeiro. Fiscalização. Não invocação da exceção do contrato não cumprido. Imposição de sanções. Rescisão unilateral. Ocupação provisória de bens e serviços. Duração. Prorrogação. Garantias. Formalização. Alteração. Imprevisão. Fato do príncipe. Recebimento do objeto. Rescisão (por ato unilateral e escrito da Administração, amigável e judicial). Pagamento. Contratos parcialmente regidos pelo Direito Privado. Novas figuras contratuais. Terceirização. 10 Servidores públicos. Legislação. Terminologia. Vínculos de trabalho (funções, cargos e empregos). Noção. Acessibilidade. Cargos públicos. Regime jurídico. Vencimento, remuneração e subsídio. Estabilidade. Vitaliciedade. Acumulação de cargos. Exercício de mandato eletivo. Férias, décimo terceiro salário, licenças e direito de greve. Sindicalização. Aposentadoria e pensão. Limites de despesas com pessoal.

Responsabilidade dos servidores. Poder disciplinar. Regime disciplinar. Processo administrativo disciplinar. Comunicabilidade de instâncias. 11 Bens públicos. Terminologia. Síntese evolutiva. Noção. Tipologia. Classificação. Domínio do Estado. Domínio privado. Uso de bem público por particular (normal, anormal, comum e privativo). Alienação. Afetação e desafetação. Formação do patrimônio público.

Regime jurídico geral. Aquisição. Terras devolutas. Terrenos de marinha. Terrenos marginais ou reservados. Terras indígenas. Ilhas. Águas públicas. Minas e jazidas. 12 Serviços públicos. Caracterização. Princípios específicos. Tipologia. Modos de prestação. Concessão de serviço público. Conceito. Características. Concessão de serviço precedida de obra pública. Lei nº 8.987/1995. Serviço adequado. Direitos e deveres dos usuários. Política tarifária. Licitação. Contrato. Encargos do concedente e da concessionária. Intervenção. Extinção. Permissão e autorização de serviço público. Arrendamento. Franquia. Parcerias público-privadas. 13 Intervenção na propriedade. Noções gerais. Tipologia. Função social da propriedade. Restrições e limitações administrativas em geral. Tombamento. Ocupação temporária. Requisição. Servidão administrativa. Desapropriação. Tratamento constitucional e infraconstitucional. Fundamentos e requisitos. Bens expropriáveis. Competência. Fases e procedimentos. Indenização. Imissão na posse. Desistência da desapropriação. Destinação dos bens expropriados. Retrocessão. Desapropriação indireta ou apossamento administrativo. Expropriação. 14 Intervenção do Estado no domínio econômico. Ordem econômica. Fundamentos. Valorização do trabalho humano e liberdade de iniciativa. Compatibilização. Princípios. Soberania nacional. Propriedade privada. Função social da propriedade. Livre concorrência. Defesa do consumidor. Defesa do meio ambiente. Redução das desigualdades regionais e sociais. Tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte. Formas de atuação. Estado regulador. Estado executor. Monopólio estatal. Defesa da concorrência. Fundamentos. Sistema brasileiro. Atos de concentração. Condutas anticoncorrenciais. Sanções. 15 Responsabilidade civil extracontratual do Estado. Evolução do tema. Tratamento constitucional e infraconstitucional. Responsabilidade objetiva. Responsabilidade subjetiva. Responsabilidade por ação. Responsabilidade por omissão. Responsabilidade decorrente de comportamento ilícito. Responsabilidade decorrente de comportamento lícito. Reparação do danoso. Regresso. Causas de exclusão ou de atenuação da responsabilidade. Atos jurisdicionais e legislativos. 16 Controle da Administração pública. Tipologia. Controles internos. Controle parlamentar. Controle pelos Tribunais de Contas. Ombudsman. Controle jurisdicional. Sistemas. Inafastabilidade. Inexigência de esgotamento da via administrativa. Alcance. Consequências. Administração em juízo. Habeas corpus. Habeas data. Mandado de injunção. Mandado de segurança individual e coletivo. Ação popular. Ação civil pública. 17 Improbidade administrativa. Regime jurídico. Concomitância de instâncias. Elementos constitutivos do tipo. Sujeição ativa. Sujeição passiva. Ato danoso. Dolo e culpa. Sanções. Procedimentos. Ação judicial.

## **DIREITO TRIBUTÁRIO I (Alunos matriculados em Estágio Supervisionado IV, VI e VIII)**

1 Sistema Tributário Nacional: Constituição Federal e Código Tributário Nacional. 2 Princípios do Direito Tributário. 3 Normas constitucionais de Direito Tributário. 4 Tributo: conceito, natureza jurídica, espécies: imposto, taxa, contribuição de melhoria, empréstimo compulsório, contribuições. 5 Competência tributária: classificação, exercício da competência tributária. 6 Capacidade tributária, distinção entre competência tributária e capacidade tributária. 7 Limitações do poder de tributar: imunidade tributária, imunidades em espécie, distinção entre imunidade, isenção e não incidência. 8 Repartição das receitas tributárias. 9 Fontes do direito tributário: Constituição Federal, leis complementares, leis ordinárias, tratados internacionais, convenções internacionais, atos do poder executivo federal com força de lei material, atos exclusivos do poder legislativo, convênios, decretos regulamentares, normas complementares. 10 Vigência, aplicação, interpretação e integração da legislação tributária. 11 Obrigação tributária: definição e natureza jurídica, obrigação principal e acessória, fato gerador, sujeito ativo, sujeito passivo, solidariedade, capacidade tributária, domicílio tributário. 12 Responsabilidade tributária: responsabilidade dos sucessores; responsabilidade de terceiros, responsabilidade por infrações. 13 Crédito tributário: constituição de crédito tributário, lançamento, modalidades de lançamento, suspensão do crédito tributário, extinção do crédito tributário, exclusão de crédito tributário, garantias e privilégios do crédito tributário. 14 Prescrição e decadência.

## **DIREITO TRIBUTÁRIO II (Apenas para alunos matriculados na disciplina Estágio Supervisionado VIII)**

1 Administração tributária: fiscalização, dívida ativa, certidões negativas. 2 Impostos da União, impostos dos Estados e do Distrito Federal, impostos dos Municípios. 3 Processo administrativo tributário: princípios básicos, determinação e exigência do crédito tributário, representação fiscal para fins penais. 4 Processo judicial tributário: ação de execução fiscal (Lei n.º 6.830/1980), ação cautelar fiscal (Lei n.º 8.397/1992), ação declaratória da inexistência de relação jurídico-tributária, ação anulatória de débito fiscal, mandado de segurança (Lei n.º 12.016/2009), ação de repetição de indébito, ação de consignação em pagamento, ações de controle de constitucionalidade, ação civil pública. 5 Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar n.º 123/2006). 6 Ilícito tributário: ilícito administrativo tributário, ilícito penal tributário, crimes contra a ordem tributária (Lei n.º 8.137/1990). 7 Lei de Responsabilidade Fiscal (LC n.º 101/2000).

## **DIREITO AMBIENTAL**

1 Direito Ambiental: conceito e objeto. 2 Princípios fundamentais. 3 O Direito Ambiental como Direito Econômico. 4 A natureza econômica das normas de Direito Ambiental. 5 Repartição de competências em matéria ambiental. 6 Normas

constitucionais relativas à proteção ambiental. 7 O Direito Ambiental na Constituição Federal. 8 Zoneamento Ambiental. 9 Sistema nacional de unidades de conservação da natureza. 10 Poder de polícia e Direito Ambiental. 11 Infrações ambientais. 12 Sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. 13 Licenciamento ambiental. 14 Biossegurança. 15 Responsabilidade ambiental: conceito de dano e a reparação do dano ambiental. 16 Sistema nacional do meio ambiente. 17 Política nacional do meio ambiente (Lei nº 6.938/1981). 18 Estudo de impacto ambiental: conceito, competências, natureza jurídica e requisitos. 19 Biodiversidade. 20 Principais instrumentos de proteção internacional. 21 Proteção às florestas. 22 Áreas de preservação permanente e unidades de conservação. 23 Modificação dos genes pelo homem e meio ambiente. 24 Proteção química das culturas e meio ambiente. 25 Produtos tóxicos: controle e transporte. 26 Recursos hídricos. 27 Mineração. 28 Efetivação da proteção normativa ao meio ambiente: poder Judiciário, Ministério Público e Administração Pública. 29 Política energética e meio ambiente. 30 Os indígenas e as suas terras. 31 Código Florestal (Lei nº 12.651/2012). 31. Meios Processuais de Proteção Ambiental. Ação Popular. Ação Civil Pública.

### **DIREITO PREVIDENCIÁRIO (Apenas para alunos matriculados na disciplina Estágio Supervisionado VIII)**

1 Seguridade. Natureza, fontes e princípios. Eficácia e interpretação das normas de Seguridade. 2 Regime geral. Segurados e dependentes. Inscrição e filiação. Qualidade de segurado. Manutenção e perda. 3 Seguridade Social. Saúde, Previdência e Assistência. Distinções. 4 Previdência Social Rural e Previdência Social Privada. Regimes especiais. Regime previdenciário do servidor estatutário. Previdência complementar. 5 Custeio. Salário-de-contribuição. Limites. Reajustes. 6 Prestação. Carência. Benefícios. Renda Mensal Inicial. Aposentadorias, auxílios e pensões. Prescrição. 7 Cálculo de benefícios. Valores mínimo e máximo. Reajustes, revisões e valor real. 8 Serviços. Habilitação, reabilitação e serviço social. 9 Contribuições sociais. Natureza e espécies. 10 Ação previdenciária. Justificação. Tempo de serviço e tempo de contribuição. Juizado Especial Federal: questões previdenciárias.

### **DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO**

1 Direito Internacional Público. Conceito. Fontes. Princípios. 2 Atos Internacionais. Tratado. Conceito. Validade. Efeitos. Ratificação. Promulgação. Registro e publicidade. Vigência contemporânea e diferida. Incorporação ao Direito Interno. Violação. Conflito entre tratado e norma de Direito Interno. Extinção. 3 Atos internacionais. Convenção. Acordos. Ajuste. Protocolo. 4 Personalidade internacional. Estado. Imunidade à jurisdição estatal. Consulados e embaixadas. 5 Personalidade internacional. Organizações internacionais. Conceito. Natureza jurídica. Elementos caracterizadores. Espécies. 6 Personalidade internacional. População. Nacionalidade. Princípios. Normas. Tratados multilaterais. Estatuto da

igualdade. 7 Personalidade internacional. Estrangeiros. Vistos. Deportação. Expulsão. Extradicação. Conceito. Fundamento jurídico. Reciprocidade e Controle jurisdicional. Asilo político. Conceito. Natureza e disciplina. 8 Personalidade internacional. Pessoa jurídica. Conceito de nacionalidade. Teorias e legislação. Empresas binacionais. 9 Proteção Internacional dos Direitos Humanos. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Direitos civis, políticos, econômicos e culturais. Mecanismos de implementação. Noções gerais. 10 Conflitos internacionais. Meios de solução. Diplomáticos, políticos e jurisdicionais. Cortes internacionais. 11 Direito Comunitário. Formas de integração. Mercado Comum do Sul. Características. Elementos institucionais. Protocolo de Assunção. Protocolo de Ouro Preto. Protocolo de Olivos. Protocolo de Las Leñas. Autoridades centrais. 12 Domínio público internacional. Mar. Águas interiores. Mar territorial. Zona contígua. Zona econômica. Plataforma continental. Alto-mar. Rios internacionais. 13 Domínio público internacional. Espaço aéreo. Princípios elementares. Normas

## **DIREITO CIVIL**

1 Diretrizes teóricas do Código Civil. Princípios de Direito Civil. Direito Civil Constitucional. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDD). Definição e vigência da Lei no tempo. Eficácia da Lei no tempo e no espaço. Interpretação da Lei. Lacunas da Lei e aplicação do Direito. 2 Das Pessoas: Das Pessoas Naturais; Das Pessoas Jurídicas; Do Domicílio. 3 Dos Bens: Das Diferentes Classes De Bens. 4 Dos Fatos Jurídicos: Do Negócio Jurídico. Do Ato Jurídico. Da Prescrição e da Decadência. Da Prova. 5 Do Direito Das Obrigações: Das Modalidades das Obrigações; Da Transmissão das Obrigações; Do Adimplemento e Extinção das Obrigações; Do Inadimplemento das Obrigações; Dos Contratos em Geral; Das Várias Espécies de Contrato; Dos Atos Unilaterais; Dos Títulos De Crédito; Da Responsabilidade Civil; Das preferências e privilégios creditórios. Da Locação predial urbana. 6 Do Direito de Empresa. 7 Do Direito Das Coisas: Da Posse; Dos Direitos Reais; Da Propriedade; Da Superfície; Das Servidões; Do Usufruto; Do Uso; Da Habitação; Do Direito do Promitente Comprador; Do Penhor, da Hipoteca e da Anticrese. 8 Do Direito De Família: Constituição Federal e Família. Do Direito Pessoal: Do Casamento; Das Relações de Parentesco. Do Direito Patrimonial: Do Regime de Bens entre os Cônjuges; Do Usufruto e da Administração dos Bens de Filhos Menores; Dos alimentos; Do Bem de Família. Da alienação parental (Lei nº 12.318/2010). Da União Estável. Da união homoafetiva. Da tutela e da curatela. 9 Do Direito das Sucessões: Da Sucessão em Geral; Da Sucessão Legítima; Da Sucessão Testamentária; Do Inventário e da Partilha.

## **TEORIA GERAL DO PROCESSO E DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

1 Conflito de interesses e lide. Autodefesa e autocomposição. Jurisdição, ação e processo. Princípios constitucionais e infraconstitucionais do processo civil. Garantias constitucionais do processo. 2 Norma processual: características. Fontes e interpretação. Eficácia da lei processual no tempo e no espaço. 3 Jurisdição.

Conceito e características. Espécies. Distinção em relação às demais funções do Estado. 4 Poder judiciário: estrutura constitucional, órgãos federais e estaduais. Garantias do Judiciário: garantias do Poder Judiciário, garantias dos tribunais e garantias dos juízes. 5 Competência: conceito, critérios para sua divisão, competência material e competência funcional. Modificações da competência. Competência absoluta e relativa. Prorrogação da competência. Conexão, continência e prevenção. Exceção de incompetência. Conflito de competência. 6 Ação: conceito e teoria. Condições da ação. Classificação das ações: critérios e classificação pela natureza da sentença pretendida. Identidade e semelhança entre ações: elementos da ação, semelhanças, hipóteses e consequências. Exceção: bilateralidade da ação e do processo, conceito e natureza jurídica da exceção e classificação das exceções. 7 Processo. Processo e procedimento. Natureza jurídica do processo. Relação jurídica processual e relação jurídica material. Tipos de processos: processo de conhecimento, processo cautelar e processo de execução. Pressupostos processuais: conceito, classificação e efeitos. Tramitação do processo: da formação, suspensão e extinção do processo. Litispendência e Coisa Julgada. Sujeitos do processo: juiz, autor, réu, litisconsorte, amicus curiae, terceiro interveniente, Ministério Público, advogado e auxiliares da justiça. 8 Juiz: capacidade processual, abstenção e recusa e poderes e deveres. As partes: conceito, substituição processual, sucessão de partes, legitimidade para ser parte, capacidade para estar em juízo. Litisconsórcio e assistência: conceito e espécies. Intervenção de terceiros: conceito e espécies, oposição, nomeação à autoria, denunciação da lide, e chamamento ao processo. Representação por advogado: autorrepresentação, advogados, mandato judicial e assistência judiciária gratuita. Ministério Público: funções no processo civil, parte e fiscal da lei. 9 Ato processual: conceito e classificação, lugar para realização e cooperação jurisdicional interna e externa. Tempo para a prática do ato processual: momento, prazos e férias forenses. Despesas com o ato processual: despesas processuais e responsabilidade pelo pagamento. Validade do ato processual: condições de existência do ato processual e condições de validade do ato processual. Nulidades dos atos processuais: teoria das nulidades, princípios, efeitos, atos inexistentes, nulidade absoluta e relativa, anulabilidade, convalidação do ato, irregularidades e sanção. Nulidade absoluta e relativa: anulabilidade, convalidação do ato. Comunicação dos atos processuais. Atos processuais eletrônicos. 10 Tipos de procedimentos: procedimento comum ordinário, procedimento sumário e procedimentos especiais. Procedimento dos Juizados Especiais Cíveis e Juizados Especiais da Fazenda Pública. Petição inicial: requisitos, emenda e indeferimento. Pedido: conceito e fundamento, alteração e acréscimo. Tutela jurisdicional antecipada: conceitos, requisitos. Métodos consensuais de solução de conflitos. 11 Citação: conceito, citação real, citação presumida. Resposta do réu: conceito, defesa direta, defesa indireta. Exceções processuais: conceito, espécies. Contestação: conceito, forma e apresentação, exceções materiais. Revelia: conceito, consequências, efeitos. Reconvenção: conceito, fundamento e pressupostos, cabimento e efeitos. 12 Providências preliminares. Declaração-incidente. Fatos

impeditivos, modificativos ou extintivos do pedido. Julgamento conforme o estado do processo. Extinção do processo. Resolução parcial do mérito. Julgamento antecipado da lide. Audiência preliminar. Fixação dos pontos controvertidos. Declaração de saneamento: momento e conteúdo. 13 Prova: conceito, objeto, princípios, ônus da prova, finalidade, indícios e presunções. Proposição e admissão da prova. Iniciativa do juiz. Produção de prova. Antecipação da prova. Prova emprestada. Prova documental, testemunhal e pericial. Prova ilícita. Audiência de instrução e julgamento. 14 Sentença. Princípios, conceito, requisitos, forma. Tipos de sentença. Classificação das sentenças definitivas. Intimação e publicação da sentença. Vícios e correções da sentença. Complementação da sentença. Preclusão: conceito, espécies e efeitos. Questões não sujeitas à preclusão. Preclusão para as partes. Preclusão para o juiz. Duplo grau obrigatório de jurisdição. Remessa necessária. Imutabilidade e indiscutibilidade da sentença. Defeitos das sentenças. Coisa julgada. Limites subjetivos e objetivos. Coisa julgada material. Coisa julgada formal. Efeitos. Relativização da coisa julgada. 15 Recursos. Requisitos e admissibilidade. Princípios gerais dos recursos. Efeitos. Espécies. Legitimidade para recorrer. Atos processuais recorríveis e irrecorríveis. Extinção dos recursos: Renúncia, deserção e desistência. Incidentes recursais. Recursos repetitivos. Julgamento do recurso. Apelação. Agravo. Embargos infringentes. Embargos de declaração. Recurso ordinário. Recurso especial. Recurso extraordinário. Recurso adesivo. Agravo retido. Agravo regimental. Correição parcial. Recursos inominados. Reclamação. Suspensão de segurança. Sucedâneos recursais. 16 Ordem dos processos no Tribunal. Uniformização da jurisprudência. Declaração de inconstitucionalidade. Súmulas. Súmula Vinculante. Ação rescisória: pressupostos, admissibilidade, decadência. Ação rescisória em jurisdição voluntária. 17 Liquidação de sentença. Formas. Procedimento. Processo de Execução. Legitimidade ativa. Sujeitos passivos. Obrigações alternativas. Nulidade. Competência. Execução fundada em título judicial. Execução fundada em título extrajudicial. Execução fiscal. Requisitos para execução. Inadimplemento do devedor. Título executivo. Execução definitiva. Execução provisória. Responsabilidade patrimonial do devedor. Desconsideração da personalidade jurídica. Fraude à execução. Direito de retenção. 18 Espécies de execução. Para entrega da coisa certa. Obrigações de fazer e não fazer. Execução por quantia certa contra devedor solvente. Execução contra a Fazenda Pública. Execução fiscal. Execução de prestação alimentícia. Atos expropriatórios e de alienação na execução por quantia certa contra devedor solvente: penhora, impenhorabilidade, avaliação, arrematação. Defesas do executado. Ações autônomas de impugnação à execução. Da execução contra insolvente. Execução nas ações coletivas. Da suspensão e da extinção do processo de execução. 19 Processo cautelar. Das medidas cautelares. Dos procedimentos cautelares específicos. 20 Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa: Ação de consignação em pagamento. Ação de depósito. Ação de anulação e substituição de títulos ao portador. Ação de prestação de contas. Ações possessórias. Ação de nunciação de obra nova. Ação de usucapião de terras

particulares. Ação de divisão e demarcação de terras particulares. Ação monitória. Embargos de terceiro. Habilitação. Restauração de autos. Venda a crédito com reserva de domínio. Ação de busca e apreensão com alienação fiduciária. Ação possessória no arrendamento mercantil. 21 Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa: Inventário e partilha. Processo de arrolamento. Procedimentos especiais de jurisdição voluntária. Alienações judiciais. Separação consensual. Curatela dos interditos. Especialização da hipoteca legal. Ação de alimentos e alimentos gravídicos. Da locação predial urbana e suas ações. 22 Ações falimentares. Arbitragem. Compromisso arbitral e cláusula compromissória. Tutelas de urgência antes, durante e depois do processo arbitral. Impugnação judicial da sentença arbitral.

### **DIREITO EMPRESARIAL I (Alunos matriculados nas disciplinas Estágio Supervisionado IV, VI e VIII)**

1 Ordem econômica na Constituição de 1988. Princípios reguladores. Teoria do Direito Empresarial. Teoria Jurídica da Empresa. Teoria Jurídica do Mercado. Interpretação do direito empresarial. Características do direito empresarial. 2 Empresário. Conceito e caracterização. Capacidade. Deveres. Empresário individual e sociedade empresária. Sociedade não empresária. Pequeno empresário. Empresário Rural. Empresa Individual de Responsabilidade Ltda. Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Do Registro Público das Empresas Mercantis. Lei nº 8.934 de 18 de novembro de 1994. Institutos complementares. Nome empresarial. Prepostos. Contabilistas. Noções gerais de contabilidade empresarial. Auxiliares da empresa. Escrituração. Livros obrigatórios e facultativos. Força probante. Demonstrações dos resultados econômicos da Empresa. 3 Teoria Geral das Sociedades. Sociedades. Conceito. Elementos. Classificação. Princípios. Personalidade jurídica. Desconsideração da personalidade jurídica. Sócio e acionista. Direitos. Deveres. Responsabilidades. Capital Social. Classificação das sociedades. Sociedades no Código Civil. Sociedade em Comum. Sociedade em Conta de Participação. Sociedade Simples. Sociedade em nome coletivo. Sociedade em comandita simples. Sociedade Limitada. Sociedade em comandita por ações. Sociedade cooperativa. Sociedades Coligadas. Liquidação da sociedade. Transformação, incorporação, Fusão e Cisão das Sociedades. Da sociedade dependente de autorização. Sociedade nacional e estrangeira. Sociedade anônima no Código Civil e Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976. Sociedades de economia mista. Sociedades controladoras e controladas. Mercado de Capitais. Valores Mobiliários. Dissolução. Retirada e exclusão do sócio. Apuração de haveres. Liquidação. Partilha. Processo. 4 Teoria do Estabelecimento Comercial. Estabelecimento comercial no Código Civil e no Código de Processo Civil. Estabelecimento Virtual. Aviamento. Clientela. Locação em Shopping Centers. Ação renovatória de locação. Propriedade industrial. Lei nº 9.276/1996. Software. Lei nº 9.609/1998. 5 Teoria geral da Concorrência Empresarial. Fundamento constitucional. Disciplina legal e contratual. Concorrência desleal. Sistema Brasileiro da Concorrência. Lei 1 nº 2.529 de 30 de novembro de



201. Empresário e o Direito do Consumidor. Fornecimento de bens e serviços. Teoria da qualidade. Relações interempresariais decorrentes de vícios do fornecimento de bens e serviços. Publicidade e tutela do consumidor. Responsabilidade civil em razão da publicidade empresarial. 6 Teoria geral do contrato e contratos mercantis. Função social do contrato e contratos empresariais. Unificação das obrigações. Caracterização do contrato mercantil. Princípios. Contrato tipo e contrato de adesão. Dependência empresarial e tutela do contratante empresarial mais fraco. Contratos eletrônicos. 7 Compra e venda mercantil. Elementos essenciais. Direitos e obrigações das partes. Responsabilidade pelos vícios. Responsabilidade pela evicção. Compra e venda no comércio exterior. Incoterms. Modalidade de compras e venda. Contrato de fornecimento. Contrato de Distribuição. Comissão mercantil. Mandato mercantil. Contrato de Agência. Representação comercial (Lei nº 4.886 de 9 de dezembro de 1965). Contrato de Concessão Mercantil. Contrato de Consignação. Contrato de Franquia. Contrato de corretagem. Contrato de transporte. Contrato de depósito. Contrato de know-how. Locação mercantil. 8 Teoria jurídica da atividade bancária. Contratos bancários. Contrato de conta corrente bancária. Mútuo bancário. Depósito. Desconto. Abertura de crédito. Crédito documentário. Antecipação. Cobrança. Fomento mercantil. Arrendamento mercantil. Repasse financiamento. Penhor mercantil. Alienação Fiduciária em Garantia. Alienação fiduciária de bem móvel. Alienação fiduciária de bem imóvel. Alienação fiduciária no âmbito do mercado de valores mobiliários. Contrato de seguro. Resseguro. Cartões de Crédito. Encargos nos contratos de crédito bancário. Garantias nos contratos de crédito bancário. 9 Teoria geral dos títulos de crédito. Títulos de crédito no Código Civil. Constituição do crédito. Exigibilidade. Títulos de crédito em espécie. Letra de Câmbio. Nota promissória. Cheque. Duplicata. Títulos de créditos vinculados ao crédito rural, ao crédito industrial, ao comercial e à exportação. Cédulas de crédito bancário. Títulos de créditos vinculados ao financiamento imobiliário. Conhecimento de depósito. Warrant. Conhecimento de transporte. Títulos do agronegócio. Certificado de Depósitos Bancários. Letras de câmbio financeiras. Letras de Arrendamento mercantil. Letras Financeiras. Ações cambiárias.

## **DIREITO EMPRESARIAL II (Apenas para alunos matriculados na disciplina Estágio Supervisionado VIII)**

Teoria geral das execuções coletivas. Teoria geral da falência. Evolução do Direito Falimentar. Princípio da preservação da empresa. Crise da empresa. Lei nº 11.101/2005: Princípios. Disposições preliminares. Disposições comuns à recuperação judicial e à falência: verificação e habilitação de créditos. Do administrador judicial e do Comitê de Credores. Da assembleia geral de credores. Recuperação judicial. Pedido e processamento da recuperação judicial. Plano de Recuperação Judicial. Do procedimento de recuperação judicial. Plano de Recuperação Judicial para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Da convocação da recuperação judicial em falência. Falência. Disposições gerais. Da

classificação dos créditos. Do pedido de restituição. Do procedimento para a decretação da falência. Inabilitação empresarial, dos direitos e deveres do falido. Da falência requerida pelo próprio devedor. Da arrecadação e custódia de bens. Efeitos da decretação da falência sobre as obrigações do devedor. Da ineficácia e da revogação dos atos praticados antes da falência. Da realização do ativo. Do pagamento aos credores. Do encerramento da falência e da extinção das obrigações do falido. Da recuperação extrajudicial. Disposições penais. Disposições comuns. Do procedimento penal. Disposições finais e transitórias. O Ministério Público no processo de falência e de recuperação judicial.

## **DIREITO DO CONSUMIDOR**

1 Do Direito do Consumidor: conceito, objeto, histórico e abrangência em face do Direito Civil. A Constituição Federal e o microsistema do Código de Defesa do Consumidor (CDC). 2 Natureza jurídica das normas do CDC. Da relação de consumo. O sistema principiológico do CDC. 3 Relação jurídica de consumo: Sujeitos e Objeto. Consumidor e Fornecedor. 4 Objeto da relação de consumo: Produtos; Serviços; Serviços Públicos. 5 Princípios aplicáveis à relação jurídica de consumo: vulnerabilidade do consumidor; hipossuficiência do consumidor; boa-fé; informação e transparência; segurança; inversão do ônus da prova; in dubio pro consumidor; repressão eficiente aos abusos; harmonia das relações de consumo. 6 Da qualidade de produtos e serviços. Da prevenção e reparação dos danos. Da proteção à saúde e segurança. Responsabilidade do fornecedor. Da cadeia de fornecimento. 7 O fato do produto ou do serviço: Responsabilidade subsidiária e solidária do comerciante. Os responsáveis pelo dever de indenizar. Dever de indenizar sem vínculo contratual. Ônus da prova. 8 Ações de responsabilidade do fornecedor De produtos e serviços na Lei nº 8.078/1990. Responsabilidade objetiva. Responsabilidade dos profissionais liberais. A culpa do profissional liberal. Ônus da prova e responsabilidade subjetiva. 9 Vícios dos produtos e serviços: incidentes de consumo. Obrigações do fornecedor de produtos ou serviços com vícios. Distinção entre incidentes e acidentes de consumo. Teoria dos vícios redibitórios. Art. 18 do CDC. Prazo para conserto e opções de resolução dos problemas pelo consumidor. Vícios de quantidade. 10 Desconsideração da personalidade jurídica. 11 Prazos decadenciais e de prescrição na relação de consumo. Garantia legal e contratual. 12 Práticas comerciais: a oferta; a publicidade; práticas abusivas; cobranças de dívidas. Dos cadastros de consumidores e fornecedores. 13 Proteção contratual: conhecimento prévio das cláusulas; interpretação das cláusulas dúbias; contrato de adesão. Pré-contrato. Direito de arrependimento. 14 Cláusulas contratuais abusivas. Revisão judicial das cláusulas abusivas. 15 Outorga de crédito e concessão de financiamento. Contratos de adesão. Cláusulas abusivas. 16 Da defesa do consumidor em juízo. Princípios e disposições do CDC relacionados à defesa do consumidor em juízo. 17 Das ações para a defesa dos interesses coletivos. Da sentença. Da coisa julgada. Da liquidação da sentença coletiva. Do cumprimento da sentença. 18 Das ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços.

Da tutela específica nas obrigações de fazer ou não fazer. 19 A facilitação da defesa do consumidor em juízo. Verossimilhança e hipossuficiência. Inversão do ônus da prova. Inversão ope legis e ope judicis. 20 Sanções administrativas e penais. Da contrapropaganda. O sistema nacional de defesa do consumidor. A política nacional de relações de consumo. O SNDC. O PROCON. Da convenção coletiva de consumo.

## **DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

1 História da proteção jurídica e social da infância brasileira. Evolução histórico-sociológica da infância e da juventude. Aspectos Gerais do Direito da Criança e do Adolescente. A proteção da infância no Brasil. Legislação. Constituição, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e atualizações respectivas. Normas de interpretação do ECA. Normas esparsas. 2 Direito da Criança e do Adolescente. Doutrinas Jurídicas de Proteção: Doutrina da Situação Irregular e Doutrina da Proteção Integral. Princípio da Prioridade Absoluta. Princípio do melhor interesse para a criança e o adolescente. 3 Dos direitos fundamentais: Do direito à vida e à saúde; do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade; Do direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer. 4 Do Direito à Profissionalização e a Proteção do Trabalho Urbano e Rural do Adolescente. 5 Do Direito à Convivência Familiar e Comunitária. Poder Familiar. Parentesco. Da família natural e da família substituta. Família substituta nacional e estrangeira. Espécies de família substituta e regras especiais. Guarda; Tutela e Adoção. Alternativas de acolhimento familiar. 6 Autorização para viagem. 7 A infância e a adolescência no contexto internacional – A Convenção Internacional dos Direitos da Criança (ONU, 1989) e principais documentos internacionais. 8 Direito à Vida e a Proteção do Nascituro. Aspectos constitucionais e legais. 9 Prevenção e prevenção especial vinculadas à informação, lazer, esportes, diversões e espetáculos. Dos produtos e serviços. Autorização para viajar. Formas de controle. Ação Civil Pública. 10 Da política de atendimento. Das entidades de atendimento. Fiscalização. 11 Das medidas de proteção. Das medidas específicas de proteção. 12 A Justiça da Infância e da Juventude. Aspectos Processuais e Procedimentos especiais. Recursos. 13 O acesso à Justiça na defesa dos interesses individuais, coletivos e difusos. A atuação do Juiz da Infância e da Juventude. 14 O Ministério Público. Atribuições. Ação Civil Pública. Termo de ajustamento da conduta. Apuração de responsabilidades nas entidades de atendimento. 15 Ato infracional. Medidas socioeducativas. Remissão. Direitos individuais. Proteção Judicial aos interesses individuais. Garantias processuais. 16 Medidas Pertinentes aos Pais ou Responsáveis. Da alienação parental. 17 Conselhos Tutelares. Conselhos de Direito da Criança e do Adolescente. Estrutura. Atribuições. Processo de escolha. Impedimentos. Competência. 18 Responsabilidade Civil. Danos Causados por Crianças e Adolescentes. 19 Crimes e Infrações Administrativas contra a Criança e o Adolescente: Código Penal, Estatuto e Legislação especial. Aspectos constitucionais e legais.

## **DIREITO PENAL**

1 Conceito, caracteres e função do Direito Penal. Direito Penal e a Constituição. Relações com outros ramos do Direito. Direito Penal e política criminal. Criminologia. Vitimologia. 2 A lei penal: características, fontes, interpretação, vigência e aplicação. Princípios fundamentais de Direito Penal. A lei penal no tempo, no espaço e em relação às pessoas. Contagem dos prazos penais. 3 Direito penal mínimo. Direito penal do fato e direito penal do autor. Direito penal do inimigo. Dogmática jurídico-penal: teorias contemporâneas. Súmulas penais do STF, STJ e do TJDF. 4 Teoria Geral do Crime: conceito, objeto, sujeitos, conduta, tipicidade, culpabilidade. Bem jurídico. Tempo e lugar do crime. Punibilidade. Erro. Concurso de crimes e crime continuado. Concurso de agentes: autoria e participação. Conduta delituosa. Resultado. Relação de causalidade. Imputação. Teoria da imputação objetiva. 5 Teoria do tipo. O tipo do crime doloso e o tipo do crime culposo. Crime qualificado pelo resultado e crime preterdoloso. Erro de tipo. Classificação jurídica dos crimes. Crimes comissivos e crimes omissivos. Crimes de dano e de perigo. Punibilidade: causas de extinção da punibilidade. Iter criminis. Consumação e tentativa. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime impossível. 6 Ilicitude. Causas de exclusão da ilicitude: estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito. 7 Teoria geral da culpabilidade: fundamentos, conceito, elementos e conteúdo. Princípio de culpabilidade. Culpabilidade e pena. Causas de exclusão da culpabilidade. Imputabilidade. Erro de proibição. 8 Teoria geral da pena. Cominação das penas. Penas privativas de liberdade. Penas restritivas de direitos. Regimes de pena. Pena pecuniária. Aplicação da pena. Os fins da pena. Livramento condicional e suspensão condicional da pena. Efeitos da condenação. Reabilitação. Medidas de segurança. Ação Penal. Execução Penal. 9 Parte especial do Código Penal e os crimes em espécie. Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a família. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública. 10 Direito Penal Militar: Conceito. Autonomia. Classificação doutrinária. Aplicação da Lei Penal Militar. Imputabilidade Penal. Concurso de Agentes. Aplicação da pena. Penas principais e acessórias. Suspensão condicional da pena. Livramento condicional. Penas acessórias. Efeitos da condenação. Medidas de Segurança. Ação Penal. Extinção da Punibilidade. Crimes contra a Autoridade ou Disciplina Militar. Crimes contra a Administração Militar. Crimes contra a Justiça Militar. Genocídio. 11 Contravenções Penais (Decreto Lei nº 3.688/1941). Genocídio (Lei nº 2.889/1956). Abuso de Autoridade (Lei nº 4.898/1965). Crimes Eleitorais (Leis nº 4.737/1965 e 9.504/1997). Crimes relacionados ao Parcelamento Irregular de Solo Urbano (Lei nº 6.766/1979). Crimes contra a Segurança Nacional (Lei nº 7.170/1983). Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional (Lei nº 7.492/1986). Crimes relacionados à

Proteção dos Deficientes Físicos (Lei nº 7.853/1989). 12 Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/1990). Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990 – Crimes e Atos infracionais). Crimes previstos no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990). Crimes contra a Ordem Tributária, Econômica e contra as Relações de Consumo (Lei nº 8.137/1990). Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992). 13 Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica – Decreto nº 678/1992). Crimes contra o Procedimento Licitatório (Lei nº 8.666/1993). Lei dos Juizados Especiais Criminais (Leis nº 9.099/1995 e 10.259/2001). Crime Organizado (Lei nº 9.034/1995). Crimes contra a Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/1996). Crimes de Tortura (Lei nº 9.455/1997). Crimes de Trânsito (Lei nº 9.503/1997). Crimes contra a Propriedade Intelectual de Programas de Computador (Lei nº 9.609/1998). 14 Crimes contra o Meio Ambiente (Lei nº 9.605/1998). Lavagem de Dinheiro (Lei nº 9.613/1998). Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003 e alterações). Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003). Crimes Falimentares (Lei nº 11.101/2005). Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Lei nº 11.340/2006). Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006 e Lei nº 6.368/1976).

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

1 Processo penal em geral. Disposições preliminares. Sistemas processuais. Princípios processuais penais contidos no Código de Processo Penal, em leis ordinárias, na Constituição Federal e nos diplomas internacionais ratificados pelo Brasil. 2 Eficácia da Lei Processual no Tempo - Eficácia da Lei Processual no Espaço – Fontes do Direito Processual Penal - Interpretação da Lei Processual Penal. 3 Inquérito Policial - Polícia Judiciária - Investigações Criminais Presididas pelo Ministério Público - Prisão em Flagrante – Atos de investigação, atos de prova e argumentos de prova - Da fase preliminar do processo penal - Modelos de investigação criminal, poderes e deveres investigatórios. 4 Tipos de ação penal – Ação Penal Pública - Ação Penal Privada – Ação Civil Derivada do Crime - Denúncia e Queixa. 5 Jurisdição – Competência – Competência Pela Prerrogativa de função – Crimes Cometidos fora do Brasil – Competência Originária e Recursal dos Tribunais de Justiça e dos Tribunais Regionais Federais em Matéria Criminal – Competência pela Conexão e Continência - Competência funcional - Imunidades – Conflito de Atribuições - Conflito de Competência. 6 Sujeitos Processuais - Juiz Criminal – Ministério Público (Lei nº 11.719 – junho/2008) - Ministério Público – Querelante – Acusado – Defensor - Defensor Público - Assistente – Peritos - Funcionários da Justiça - Fatos e Atos processuais: Citação - Intimação – Notificação - Cartas Precatória, Rogatória e de Ordem. Prazos. 7 Questões Prejudiciais - Processos Incidentes – Exceções – Restituição de Coisa Apreendida – Medidas Assecuratórias - Incidente de Falsidade – Incidente Mental. 8 Nulidades: Irregularidade, Nulidade Relativa, Nulidade Absoluta, Ato Inexistente, Princípios Básicos, Arguição. Irregularidades. Inadmissibilidade. Inutilização. 9 Prova: Conceito, Objeto, Classificação, Meios, Ônus, Sistemas de Avaliação, Princípios Gerais – Princípios - Antecipação da Prova - Provas em Espécie (Lei nº 11.690 –

junho/2008) - perícias, documentos e testemunhas. O interrogatório e a confissão do réu. O reconhecimento e a acareação. Provas típicas e atípicas. Licitude, ilicitude e regras de exclusão. Reabilitação. Exame de Corpo de Delito Confissão, Reconhecimento, Delação, Documentos, Índícios e Presunções, Prova Emprestada. Busca e Apreensão, Perícias (Lei nº 11.690 – junho/2008) - Reconstituição do Crime. 10 Medidas cautelares reais e pessoais: Prisão – Prisão Preventiva – Prisão Temporária – Liberdade – Fiança - Prisão domiciliar. Medidas cautelares alternativas e substitutivas da prisão. Flagrante. Interceptações telefônicas e de dados. Quebra de sigilo: bancário e fiscal. Captações acústicas e visuais. 11 Processo e Procedimento - Processo e Julgamento dos Crimes da Competência do Juízo Singular - Procedimento no Tribunal do Júri: Pronúncia, Desclassificação, Impronúncia, Absolvição Sumária, Despronúncia - Debates em Plenário do Júri – Desaforamento - Atribuições do Presidente do Tribunal do Júri - Organização do Júri – Procedimento Sumário - Suspensão Condicional do Processo. 12 Procedimentos Especiais: Processo e Julgamento dos Crimes Funcionais - Procedimento nos Crimes contra a Honra - Procedimentos Especiais da Legislação Penal Especial - Processo e Julgamento dos Crimes Falimentares - Processo e Julgamento dos Crimes de Imprensa - Processo e Julgamento dos Crimes Eleitorais – Procedimento nos Crimes de Abuso de Autoridade. Processo e Julgamento dos Crimes da Lei de Drogas – Processo e Julgamento dos Crimes contra a Fauna e Flora - Processo e Julgamento dos Crimes de Lavagem de Dinheiro - Procedimento nos Crimes Decorrentes de Organização Criminosa - Procedimento nos Crimes contra a Ordem Tributária, Econômica e contra as Relações de Consumo (Lei nº 8.137/1990) - Processo e Julgamento dos Crimes contra Economia Popular – Crimes da Lei de Licitações - Processo e Julgamento das Contravenções Penais. Violência doméstica. Leis nº 9.099/1995 e nº. 11.340/2006. 13 Despachos. Decisões interlocutórias. Sentenças. Acórdãos. Decisões monocráticas. Litispendência. Coisa julgada. 14 Recursos: Conceito, Fundamentos, Pressupostos, Interposição, Efeitos, Princípios, Requisitos, Extinção. Espécie de Recurso: Apelação. Recurso em Sentido Estrito. Agravo em Execução. Carta Testemunhável, Embargos Infringentes e de nulidade. Embargos Declaratórios. Recursos previstos na Constituição Federal (Especial, Extraordinário, Ordinário Constitucional). - Remédios impugnativos autônomos. Habeas Corpus. Reclamação. Mandado de Segurança. Correição Parcial. Revisão Criminal. 15 Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/1995) – Turmas Recursais – Comunicação dos Atos Processuais nos Juizados Especiais Criminais - Procedimento nos Juizados Especiais Criminais - Suspensão do Processo – Transação Penal. 16 Execução Penal: Princípios, garantias e regras constitucionais aplicáveis à execução da pena e aos cárceres. Órgãos da execução penal. Estabelecimentos penais. Da execução das penas em espécie. Incidentes e decisões. Dos procedimentos administrativos disciplinares e judiciais.

## **DIREITO DO TRABALHO**

1 Direito do Trabalho: conceito, características, divisão, natureza, funções, autonomia. 2 Fundamentos e formação histórica do Direito do Trabalho. Tendências atuais do Direito do Trabalho. Flexibilização. Desregulamentação. 3 Fontes formais do Direito do Trabalho. Conceito, classificação e hierarquia. Conflitos e suas soluções. 4 Hermenêutica: interpretação, integração e aplicação do Direito do Trabalho. Métodos básicos de exegese. O papel da equidade. Eficácia das normas trabalhistas no tempo e no espaço. Revogação. Irretroatividade. Direito adquirido. 5 Princípios do Direito do Trabalho. Princípios constitucionais do Direito do Trabalho. Distinção entre princípio e norma. 6 Renúncia e transação no Direito do Trabalho. Comissões de Conciliação Prévia. 7 Relação de trabalho e relação de emprego. Estrutura da relação empregatícia: elementos componentes; natureza jurídica. 8 Relações de trabalho lato sensu: trabalho autônomo, eventual, temporário, avulso. Portuário. Lei nº 8.630/1993. Estágio. Cooperativas de mão-de-obra. Contratos de trabalho por equipe. 9 Empregado: conceito, caracterização. Altos empregados: trabalhadores intelectuais, exercentes de cargos de confiança. Os diretores e os sócios. Mãe social. Índios. Aprendiz. Empregado doméstico. 10 Empregador: conceito, caracterização. Cartório não oficializado. Empresa e estabelecimento. Grupo econômico. Sucessão de empregadores. Consórcio de empregadores. Situações de responsabilização empresarial. 11 Trabalho rural: empregador, empregado e trabalhador rural. Normas de proteção ao trabalhador rural. 12 Terceirização no Direito do Trabalho. Terceirização lícita e ilícita. Trabalho temporário. Entes estatais e terceirização. Responsabilidade na terceirização. 13 Contrato de emprego: denominação, conceito, classificação, caracterização. Trabalho voluntário. Morfologia do contrato. Elementos integrantes: essenciais, naturais, acidentais. 14 Modalidades de contratos de emprego. Tipos de contratos a termo. Contrato de experiência e período de experiência. Contrato de emprego e contratos afins. Diferenças entre contratos de trabalho e locação de serviços, empreitada, representação comercial, mandato, sociedade e parceria. Pré-contratações: requisitos para configuração, efeitos, direitos decorrentes, hipótese de perdas e danos. 15 Formas de invalidade do contrato de emprego. Nulidades: total e parcial. Trabalho ilícito e trabalho proibido. Efeitos da declaração de nulidade. 16 Trabalho infantil. Conceito e normas legais aplicáveis. Penalidades. Efeitos da contratação. Doutrina da proteção integral da criança e do adolescente. Tratamento legal e constitucional. Os Conselhos Tutelares e de Direitos da Criança e do Adolescente: composição e atribuições. 17 Normas de proteção ao trabalhador adolescente. Limites à contratação. Estágio e aprendizagem: conceitos, distinção e características. Direitos do estagiário e do aprendiz. Requisitos para a adoção válida dos regimes de estágio e de aprendizagem. Trabalho voluntário. 18 Efeitos do contrato de emprego: direitos, deveres e obrigações das partes. Efeitos conexos do contrato: direitos intelectuais; invenções do empregado; indenizações por dano moral e material. Os poderes do empregador no contrato de emprego: diretivo, regulamentar, fiscalizatório e disciplinar. 19 Duração do trabalho. Fundamentos e objetivos. Jornada de trabalho e horário de trabalho. Trabalho extraordinário.

Acordo de prorrogação e acordo de compensação de horas. Banco de horas. Horas in itinere. Empregados excluídos do direito às horas extras. Art. 62 da CLT. Jornadas especiais de trabalho. Bancário. Função de confiança. Trabalho em regime de revezamento e em regime de tempo parcial. 20 Repouso. Repouso intrajornada e interjornada. Repouso semanal e em feriados. Remuneração simples e dobrada. Descanso anual: férias. 21 Remuneração e salário: conceito, distinções. Gorjetas. Caracteres e classificação do salário. Composição do salário. Modalidades de salário. Adicionais. Gratificação. Comissões. 13º salário. Parcelas não-salariais. Salário e indenização. Salário in natura e utilidades não-salariais. 22 Formas e meios de pagamento do salário. Proteção ao salário. 23 Equiparação salarial. O princípio da igualdade de salário. Desvio de função. 24 Alteração do contrato de emprego. Alteração unilateral e bilateral. Transferência de local de trabalho. Remoção. Reversão. Promoção e rebaixamento. Alteração de horário de trabalho. Redução de remuneração. Jus variandi. 25 Interrupção e suspensão do contrato de trabalho: conceito, caracterização, distinções. Situações tipificadas e controvertidas. 26 Cessação do contrato de emprego: causas e classificação. Rescisão unilateral: despedida do empregado. Natureza jurídica da despedida. Limites. Rescisão unilateral: demissão do empregado. Aposentadoria. Força maior. Factum principis morte. Resolução por inadimplemento das obrigações do contrato. Despedida indireta. Falta grave. Justa causa. Princípios. Espécies. 27 Obrigações decorrentes da cessação do contrato de emprego. Indenização por tempo de serviço: conceito e fundamento jurídico. Indenização nos casos de contrato a termo. Aviso prévio. Multa do art. 477 da CLT. Procedimentos e direitos concernentes à cessação do contrato. Homologação. Quitação. Eficácia liberatória. 28 Estabilidade e garantias provisórias de emprego: conceito, caracterização e distinções. Formas de estabilidade. Teoria da nulidade da despedida arbitrária. Renúncia à estabilidade. Homologação. Despedida de empregado estável. Efeitos da dispensa arbitrária ou sem justa causa: readmissão e reintegração. Indenizações rescisórias. Despedida obstativa. 29 O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. 30 Prescrição e decadência no Direito do Trabalho. 31 Segurança e higiene do trabalho. Labor em circunstâncias agressoras da saúde e segurança do empregado. Periculosidade e insalubridade. Trabalho da criança, do menor e da mulher. A discriminação no contrato de trabalho. Trabalho noturno. 32 Súmulas da jurisprudência uniformizada do Tribunal Superior do Trabalho sobre Direito do Trabalho. 33. Direito Coletivo do Trabalho: definição, denominação, conteúdo, função. Os conflitos coletivos de trabalho e mecanismos para sua solução. Direito Coletivo: o problema das fontes normativas e dos princípios jurídicos. 34 Liberdade sindical. Convenção nº 87 da OIT. Organização sindical. Modelo sindical brasileiro. Conceito de categoria. Categoria profissional diferenciada. Dissociação de categorias. Membros da categoria e sócios do sindicato. 35 Entidades sindicais: conceito, natureza jurídica, estrutura, funções, requisitos de existência e atuação, prerrogativas e limitações. Garantias sindicais. Sistemas sindicais: modalidades e critérios de estruturação sindical; o problema no Brasil. 36) Negociação coletiva. Função. Níveis de



negociação. Instrumentos normativos negociados: acordo coletivo e convenção coletiva de trabalho. Efeitos das cláusulas. Cláusulas obrigacionais e cláusulas normativas. Incorporação das cláusulas nos contratos de emprego. 37 Mediação e arbitragem no Direito do Trabalho. Poder normativo da Justiça do Trabalho. 38 Atividades do Sindicato. Condutas anti-sindicais: espécies e consequências. 39 A greve no direito brasileiro. 40 Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos na esfera trabalhista

## **DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

1 Direito Processual do Trabalho. Princípios. Fontes. Autonomia. Interpretação. Integração. Eficácia. 2 Organização da Justiça do Trabalho. Composição, funcionamento, jurisdição e competência de seus órgãos. Os juízos de Direito investidos de jurisdição trabalhista. Corregedoria-Geral e Regional do Trabalho. Atribuições. 3 O Ministério Público do Trabalho. Organização. Competência. Atribuições. Lei Complementar nº 75/1993. Inquérito civil público. 4 Competência da Justiça do Trabalho: em razão da matéria, das pessoas, funcional e do lugar. Conflitos de Competência. 5 Partes, procuradores, representação, substituição processual e litisconsórcio. Assistência Judiciária. Justiça Gratuita. Jus Postulandi. Mandato tácito. 6 Atos, termos e prazos processuais. Despesas processuais. Responsabilidade. Custas e emolumentos. Comunicação dos atos processuais. Notificação. 7 Vícios do ato processual. Espécies. Nulidades no processo do trabalho: extensão, princípios, arguição, declaração e efeitos. Preclusão. 8 Dissídio individual e dissídio coletivo. Distinção. Dissídio individual: procedimentos comum e sumaríssimo. Petição inicial: requisitos, emenda, aditamento, indeferimento. Pedido. 9 Audiência. "Arquivamento". Conciliação. Resposta do reclamado. Defesa direta e indireta. Revelia. Exceções. Contestação. Compensação. Reconvenção. 10 Provas no processo do trabalho: princípios, peculiaridades, oportunidade e meios. Interrogatórios. Confissão e consequências. Documentos. Oportunidade de juntada. Incidente de falsidade. Perícia. Sistemática de realização das perícias. Testemunhas. Compromisso, impedimentos e consequências. Ônus da prova no processo do trabalho. 11 Sentença nos dissídios individuais. Honorários periciais e advocatícios. Termo de conciliação e seus efeitos: perante as partes e terceiros. INSS. 12 Sistema recursal trabalhista. Princípios, procedimento e efeitos dos recursos. Recurso ordinário, agravo de petição, agravo de instrumento e embargos de declaração. Recurso adesivo. Pressupostos extrínsecos de admissibilidade dos recursos. Juízos de admissibilidade e de mérito do recurso. 13 Recurso de revista. Pressupostos intrínsecos de admissibilidade. Pré-questionamento. Matéria de fato. Efeitos. Juízo de admissibilidade. Recurso nos dissídios coletivos. Efeito suspensivo. 14 Execução Trabalhista. Execução provisória e execução definitiva. Carta de sentença. Aplicação subsidiária da Lei de Execuções Fiscais. Execução de quantia certa contra devedor solvente. Execução de títulos extrajudiciais. Execução da massa falida. Liquidação da Sentença. Mandado de Citação. Penhora. 15 Embargos à Execução. Exceção de pré-executividade. Impugnação à sentença de liquidação. Embargos de

Terceiro. Fraude à execução. 16 Expropriação dos bens do devedor. Arrematação. Adjudicação. Remição. Execução contra a Fazenda Pública: precatórios e dívidas de pequeno valor. 17 Execução das contribuições previdenciárias: competência, alcance e procedimento. 18 Inquérito para apuração de falta grave. Conceito e denominação. Cabimento. Prazo. Julgamento do inquérito. Natureza e efeitos da sentença. 19 Ações civis admissíveis no processo trabalhista: ação de consignação em pagamento, ação de prestação de contas, mandado de segurança e ação monitória. Ação anulatória: de sentença e de cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho. 20 Ação civil pública. Ação civil coletiva. Legitimados, substituição processual, condenação genérica e liquidação. Coisa julgada e litispendência. 21 Dissídio coletivo. Conceito. Classificação. Competência. Instauração: prazo, legitimação e procedimento. Sentença normativa. Efeitos e vigência. Extensão das decisões e revisão. Ação de cumprimento. 22 Ação rescisória no processo do trabalho. Cabimento. Competência. Fundamentos de admissibilidade. Juízo rescindente e juízo rescisório. Prazo para propositura. Início da contagem do prazo. Procedimento e recurso. 23 Tutela antecipatória de mérito e tutelas cautelares no Direito Processual do Trabalho. 24 Súmulas da jurisprudência uniformizada do Tribunal Superior do Trabalho sobre Direito Processual do Trabalho. 25 Procedimento sumaríssimo. 26 Correição parcial. Reclamação à instância superior.

## **SOCIOLOGIA GERAL**

1. Evolução do Pensamento Social. A evolução do pensamento social, dos gregos aos nossos dias. Objeto e campo da Sociologia. 2. Categorias Fundamentais da Sociologia: Fato Social, Solidariedade Mecânica e Orgânica, Estratificação Social, Controle e Sanção Sociais, Cultura e Civilização, Trabalho, Divisão do Trabalho, Ideologia, Infraestrutura e Superestrutura. 3 A descoberta da racionalidade no mundo e no homem: a Grécia Antiga. Os períodos: homérico, arcaico, clássico e helenístico. 4 As noções de justiça, cidadania e democracia nestes períodos. 5. O Pensamento Social e a Ciência Moderna. 6. A sociedade capitalista, a partir das contribuições teórico-metodológicas dos clássicos da Sociologia. Montesquieu - o precursor da Sociologia; O positivismo de Auguste Comte; O materialismo histórico de Karl Marx. 07. Estado, Poder e Sociedade. As diferentes formas e manifestações de poder, enquanto prática social historicamente constituída. O poder na perspectiva de Maquiavel e a releitura de “O Príncipe” nos dias de hoje, por José Nivaldo Júnior. Formação do Povo Brasileiro, por Darcy Ribeiro. Transformações sociais no século XXI.

## **SOCIOLOGIA DO DIREITO**

1 Introdução à sociologia da administração judiciária. Aspectos gerenciais da atividade judiciária (Administração e Economia). Gestão. Gestão de Pessoas. 2 Relações Sociais e Relações Jurídicas. Controle social e o direito. Transformações Sociais e Direito. 3 Direito: Comunicação Social e Opinião Pública. 4 Conflitos sociais e mecanismos de resolução. Sistemas não judiciais de composição de litígios.

5 Relações entre a sociologia jurídica e a sociologia em geral. 6 Princípios da sociologia jurídica. 7 Direito e controle social. 8 Função científica e função prática da sociologia jurídica. 9 Análise sociológica da jurisprudência. 10 Objeto da sociologia jurídica. Fenômenos jurídicos.

## **PSICOLOGIA**

1. Introdução à Psicologia. Integração. Conceito de Psicologia. Histórico da Psicologia. Aplicações da Psicologia e suas Relações com outras Áreas do Conhecimento, com ênfase na Área Jurídica. 2. Fundamentos da Subjetividade. Personalidade: conceito, formação e ajustamento. Subjetividade: contexto atual e elementos introdutórios. Processos básicos do comportamento humano: percepção, motivação, criatividade e inteligência. 3. Comportamento Humano nas Relações Interpessoais e o Desenvolvimento de Competências. Competência Interpessoal. Comunicação. Conflitos: classificação e dinâmica. Negociação: tipos, estratégias e técnicas. Liderança e Processo Decisório. Perfil do Profissional e Plano de Desenvolvimento Individual.

## **ÉTICA GERAL E PROFISSIONAL**

1. Ética e seus fundamentos. O que é. Como é. Ética e valores. Fundamentos. 2. Virtudes. Polidez. Fidelidade. Prudência. Temperança. Coragem. Justiça. Generosidade. Compaixão. Misericórdia. Gratidão. Humildade. Simplicidade. Tolerância. Pureza. Doçura. Boa-fé. Humor. Amor. 3. Bases éticas da convivência. Fazer o bem. Agir com moderação. Saber escolher. Praticar as virtudes. Viver a Justiça. Valer-se da razão. Valer-se do coração. Ser amigo. Cultivar o amor. Autenticidade e Transparência. Sinceridade e Objetividade. 4. Princípios gerais da ética profissional. Conduta ilibada Decoro e Dignidade Incompatibilidade. Correção Profissional. Coleguismo. Diligência. Desinteresse. Confiança. Fidelidade. Independência Profissional. Reserva. Lealdade e Verdade. Discricionariedade. 5. Ética do advogado. Código de Ética e Estatuto da OAB. Deveres íntimos. Das Relações com o cliente, colegas, Juiz e Ministério Público. Infrações Éticas. 6. Ética do Ministério Público. Funções institucionais do Ministério Público. Postura Ética. 7. Ética do juiz. Fundamentos constitucionais e legais. Ética no Processo. Das Relações com as partes. Infrações Éticas.

## **ANTROPOLOGIA**

1. Antropologia, Etnologia e Cultura. O campo de estudo da Antropologia. A Etnologia e o método comparativo. O conceito de cultura e o conceito de civilização. 2. Crime, contrato e direito em perspectiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. Crime e costume na sociedade selvagem. O Direito primitivo. Fatos e leis em uma perspectiva comparativa. 3. Do princípio da divisão e indivisão nas sociedades: algumas reflexões sobre o Estado. Violência e guerra nas sociedades “primitivas”. Do genocídio e do etnocídio. A questão do poder nas sociedades primitivas. Tribo e estado no Oriente Médio. Império: a constituição política do

presente. 4. Sociedade, estado e direito no Brasil. O homem comum e o estado. Lutas de família: honra, vingança e controle social. A judicialização das relações sociais. Instituições policiais brasileiras: arbitrariedade, violência e controle externo.

## **CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA DO ESTADO**

1. Sociedade. Definições e características. Origens e funções. A sociedade brasileira. 2. O Estado. Definições e características. Formação e evolução. Elementos e funções. O Estado brasileiro. 3. O Poder do Estado. A Soberania. Os Princípios do Poder. Inconformidade e resistência. O Poder do Estado no Brasil. 4. A Separação dos Poderes. No Estado Moderno: Montesquieu e Benjamin Constant. No Estado Atual: Karl Loewenstein e Hans Kelsen. A Separação de Poderes no Brasil. 5. Os Sistemas Políticos: Democracia e Autoritarismo. O Estado Democrático. O Estado Autoritário. O problema da democracia e do autoritarismo no Brasil. 6. As Formas de Estado. O Estado Simples ou Unitário. O Estado Composto: a federação e outros tipos de união. A Crise do Federalismo no Brasil. 7. As Formas de Governo. As formas Antigas: Aristóteles e Políbio. As Formas Modernas: Maquiavel e Montesquieu. As Formas de Governo no Brasil. 8. Os Sistemas de Governo. O Parlamentarismo: vantagens e desvantagens. O Presidencialismo: vantagens e desvantagens. O Parlamentarismo e o Presidencialismo no Brasil. 9. A Representação Política. Natureza e evolução. As formas: institucionalizadas e informais. O problema da representação política no Brasil. 10. O Mandato Político. O Mandato Imperativo. O Mandato Representativo. O Mandato Político no Brasil. 11. Os Sistemas Eleitorais. O Sistema Majoritário. O Sistema Proporcional. O Sufrágio: universal e censitário. O Voto Distrital: puro e misto. O Sistema Eleitoral no Brasil. 12. Os Partidos Políticos. A natureza Jurídica. Modalidades. Sistemas Partidários. Os Partidos Políticos e o Sistema Partidário no Brasil.

## **DIREITO ROMANO**

1. Direito Romano: conceito e história. Conceitos básicos: Jus e Fas, Justitia, Aequitas, Jurisprudencia e Juris praecepta. Divisões do Direito: escrito e não escrito; público e privado. Fontes: de produção e de conhecimento. 2. Direito Constitucional. As formas de governo: os Poderes e as Formas de Estado. Nacionalidade e Cidadania. Declaração de Direitos. Direito das Pessoas. Pessoa Física. Pessoa Jurídica. 4. Negócio Jurídico. Elementos: essenciais e acidentais. Classificação. Invalidade. 5. Direito de Família. Família e Parentesco. Casamento e Divórcio. Poderes familiares: tutela e curatela. 6. Direito das Coisas. Coisas: Definição e classificação. Posse. Propriedade. Direitos sobre coisas alheias. 7. Direito das obrigações. Obrigações. Contratos. 8. Direito Penal. Evolução. Definição. Classificação. Penas. 9. Direito das Sucessões. Terminologia e Definição. Elementos. Tipos. Legado e fideicomisso. 10. Direito Processual. Introdução. Sistemas processuais: legis actiones, formular e extraordinário.

## **DIREITO AGRÁRIO E URBANÍSTICO**

1 Direito Agrário: noções introdutórias e conceitos básicos. 2 Princípio da função social do imóvel rural, Reforma Agrária e os Princípios Constitucionais Correlatos. 3 Legislação Nacional Específica. 4 Tributação da Terra e sobre a Atividade Rural. 5 Assistência Financeira e Creditícia. 6 A atividade agrícola e o meio ambiente. 7 Direito urbanístico: Conceituação, análise sintetizada do espaço urbano, competências constitucionais em matéria urbanística. 8 Planejamento urbano e os elementos constituídos de paisagem urbana. 9 Aspectos socioculturais da cidade. 10 Estatuto da Cidade. 11 Instrumentos de reestruturação urbana. 12 Índices urbanísticos. 13 Legislação urbanística em âmbito municipal.

## **ECONOMIA**

1. Aspectos conceituais. Definição, objeto e métodos de investigação. Concepções e leis da economia. 2. Introdução Geral. Principais problemas de natureza econômica. Setores e fatores produtivos. Setores e fatores produtivos, modelo de um sistema econômico simplificado. Fluxo real e monetário, remuneradores de renda. Classificação dos bens. Curva de possibilidade de produção. 3. Demanda, Oferta e Equilíbrio. Escala e curva de demanda. Racionalidade do consumidor. Variações na demanda e nas quantidades demandadas. Escala e curva de oferta. Racionalidade do produtor. Variações na oferta e nas quantidades ofertadas. Ponto de equilíbrio. 4. Elasticidades. Elasticidade da demanda. Elasticidade da oferta. 5. Teoria do Comportamento do Consumidor. Abordagem cardinal, princípio da mensuração. Utilidades total e marginal, o equilíbrio do consumidor. Abordagem ordinal, princípio da preferência. Curvas de indiferença. Linha de orçamento. Taxa marginal de substituição. Efeito renda, preço e substituição e o equilíbrio do consumidor. 6. Teoria da Firma. Relação gráfica entre os produto total médio e marginal. Estágios de produção. Lei dos rendimentos decrescentes, crescentes e constantes. Produção com dois insumos variáveis. Isoquanta de produção, linha de isocusto e equilíbrio do produtor. 7. Estruturas de Mercado. Concorrência perfeita. Monopólio. Oligopólio. 8. Produto e Renda. Objetivos, evolução e estágio atual. Fluxo circular da renda. Valor adicionado. 9. Contabilidade Nacional. Economia fechada e sem governo. Economia fechada e com governo. Economia aberta. 10. Política Fiscal. Funções e objetivos. Déficit público. 11. Política Monetária. Moeda. Intermediários Financeiros. Política Monetária. Sistema Financeiro Nacional. 12. Inflação. Conceito. Causas clássicas de inflação. Efeitos provocados nos agregados. 13. Setor Externo. Comércio internacional. Taxa de Câmbio. Balanço de Pagamentos. 14. População, Emprego e Renda. Mercado de trabalho. Determinantes da distribuição de renda. 15. Crescimento e Desenvolvimento Econômico. Caracterização. Evidências empíricas.

## **FILOSOFIA GERAL**

1. A origem da filosofia. 2. Os primeiros filósofos. 3. Mito, religião e filosofia. 4. Platão (socratismo e a sofística grega). 5. Agostinho e Tomás de Aquino: a síntese da filosofia cristã, católica e medieval. 6. Descartes, Spinoza, Locke e Hume:

delineamentos do pensamento moderno. 7. Rousseau: a origem da desigualdade e a idéia do direito natural. 8. Marx: A idéia da filosofia política; a idéia da filosofia como crítica à ideologia; O materialismo e as três formas de alienação. 9. Nietzsche: um crítico radical da religião e dos valores morais. 10. Kierkegaard e a análise dos tipos humanos. 11. Freud: a idéia da psicanálise (conceitos centrais e desdobramentos). 12. Sartre: a filosofia contemporânea à luz do pensamento existencialista. 13. Domenico De Masi: a sociedade pós-industrial e a pós-modernidade cultural. 14. Edgar Morin: a idéia do pensamento complexo. 15. Habermas e Marcuse: contribuições à teoria crítica da sociedade. 16. Hannah Arendt: do diagnóstico do nosso tempo à compreensão do totalitarismo. 17. Michel Foucault: da analítica do poder à detecção dos micropoderes na sociedade disciplinar. 18. Noções de Lógica e filosofia analítica da linguagem.

## **FILOSOFIA DO DIREITO**

1. Noções Gerais de Filosofia. O conhecimento. Espécies. Vulgar. Científico. Filosófico. Teológico. 2 Divisões do estudo da Filosofia. Ontologia. Gnosologia. Axiologia. Deontologia. Lógica. Ética. 3. Métodos filosóficos. Dedução. Empirismo. Racionalismo. Apriorismo de Kant. 4. Evolução Histórica: Filosofia Antiga (Séc. VI a.C a VI d.C). 5. Período Naturalista. Escola milésia (jônios). Escola itálica. Escola eleata. 6. Período clássico. Sofistas. Sócrates. Platão. Aristóteles. 7. Período ético. Estoicismo. Epicurismo. Ceticismo e ecletismo. 8. O pensamento cristão. Precedentes. Patrística (Séc. I a VII). Santo Agostinho. 9. Pensamento medieval (Séc. VIII a XIV). Escolástica. Santo Tomás de Aquino. Guilherme de Occam. 10. A filosofia do renascimento. Antecedentes. Descobertas científicas. Descobertas geográficas. Espírito crítico. Dualismo: Igreja x Poder secular. Humanismo. Thomas More. Erasmo de Roterdã. Nicolau Maquiavel. Jean Bodin. Hugo Grócio. 11. Filosofia Moderna. Racionalismo. Descartes. Spinoza. Leibniz. Empirismo. Bacon. Locke. Hobbes. Iluminismo. Rousseau. Montesquieu. Historicismo. Savigny. Jhering. 12. Transição do pensamento moderno para o contemporâneo. Criticismo: Kant. Idealismo: Hegel. Positivismo: Comte e Kelsen. Jusnaturalismo: Stammler. Comunismo: Karl Marx.

## **HERMENÊUTICA JURÍDICA**

1. Noções de Hermenêutica. Histórico. Origem e Desmembramento da Ciência. 2. Hermenêutica x Interpretação. Conceito. Diferença. 3. Hermenêutica Jurídica. Interpretação. Espécies de Interpretação. Quanto a Origem. Quanto ao Efeito. Sistemas de Interpretação. Dogmático. Histórico-Evolutivo. Livre Indagação Científica do Direito. Direito Livre. 4. Métodos ou Processos de Interpretação do Direito. Método Gramatical. Método Lógico. Método Sistemático. Método Histórico. Método Teleológico. 5. Aplicação do Direito. Conceito. Lacunas do Direito. Suprimento das Lacunas do Direito. Analogia. Costume. Princípios Gerais de Direito. Equidade. 6. Noções de Lógica Jurídica. O ideal de justiça absoluta: o

direito natural. A justiça primitiva condicionada a fórmulas sacras. O Direito na antiguidade. O Direito Hebraico. O Direito Muçulmano

## **INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO**

1. Direito e Sociedade. 2. Os Grandes Sistemas Jurídicos da Modernidade. Civil Law. Common Law. 3. Direito, Ética e Moral: Conceito e Distinção. 4. O Direito como Ciência. Conceito de Direito. Da Validade da Norma Jurídica. Fontes do Direito. Fato e Ato Jurídico. Atos Nulos, Anuláveis e Inexistentes. Atos Jurídicos e Negócios Jurídicos. 5. Direito Natural e Direito Positivo